



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**Educação Inclusiva e Políticas Públicas:
Análise da gestão escolar e práticas inclusivas em
escolas do município de Santa Maria**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maiandra Pavanello da Rosa

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**Educação Inclusiva e Políticas Públicas:
Análise da gestão escolar e práticas inclusivas em escolas
do município de Santa Maria**

Por

Maiandra Pavanello da Rosa

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Elena Maria Mallmann

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS:
ANÁLISE DA GESTÃO ESCOLAR E PRÁTICAS
INCLUSIVAS EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTA
MARIA**

Elaborada por
Maiandra Pavanello da Rosa

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr^a. Elena Maria Mallmann

Prof. Dr^a. Simone Freitas da Silva Gallina

Prof. Dr^a. Liliana Soares Ferreira

São João do Polêsine – RS 17 Setembro de 2011.

Agradecimentos

A Deus, por guiar a minha vida.

À minha mãe, Izoleti, pelas palavras que acalmam e por me proporcionar continuar os estudos.

Ao meu irmão, Alessander pela ajuda e força.

Ao Fabrício, pelo companheirismo e compreensão.

À Professora Elena Maria Mallmann pelos conhecimentos compartilhados.

A todas as professoras que contribuíram com as suas experiências.

A todos meu carinho.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

Educação Inclusiva e Políticas Públicas: Análise da gestão escolar e práticas inclusivas em escolas do município de Santa Maria

AUTORA: Maiandra Pavanello da Rosa
ORIENTADOR: Elena Maria Mallmann
São João do Polêsine, 17 de Agosto de 2011.

Este estudo teve como tema central as políticas públicas relacionadas à inclusão escolar. O objetivo principal foi conhecer as práticas de inclusão realizadas nas escolas a partir das ações que estão sendo realizadas pelos gestores e educadores especiais de três escolas públicas do município de Santa Maria (RS). Para tanto, utilizou-se como estratégia metodológica um estudo de caso, com abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Destaca-se o contexto histórico da Educação Especial e os estudos sobre as políticas que foram criadas em prol da educação inclusiva. Os dados de pesquisa são analisados levando-se em consideração as concepções dos gestores e educadores especiais, bem como as ações previstas nos projetos pedagógicos. As conclusões centram-se em torno da gestão democrática como ponto importante para a efetivação da inclusão dos alunos com necessidades especiais enfatizando a importância do trabalho de todos (escola e comunidade escolar) para o sucesso educacional das iniciativas.

Palavras chaves: Educação inclusiva; Gestão educacional; Políticas Públicas

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Distant Postgraduate Course
Lato-Sensu Specialization in Educational Management
Federal University of Santa Maria

School management analysis and inclusive practices in schools in the city of Santa Maria

AUTHOR: Maiandra Pavanello da Rosa
COACH: Elena Maria Mallmann
São João do Polêsine, August, 17 of 2011.

This study has as the central theme the public policy related to scholar inclusion. The main target was to understand the inclusion practices conducted in schools from the actions being taken by managers and especial teachers of three schools in the city of Santa Maria (RS). For this purpose, was used as a methodological strategy case study with qualitative approach. Semi-structured interviews were conducted. Stands out the historical context of Especial Education and the studies about policies created to inclusive education. The data were examined paying especial attention to the managers' and teachers' views, as well as the actions planed in the pedagogical projects. The conclusions focus in the democratic managing with the most important point to the real inclusion of the students with especial needs, emphasizing the importance of the work of all community (school and scholar community) to the success of education initiatives.

Keywords: Inclusive Education, Education Management, Public Policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CONTEXTO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	12
1.1 A Educação Especial no Brasil: Uma perspectiva histórica	12
1.2 Políticas Públicas: Educação Especial e Educação Inclusiva	14
2. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARA A ESCOLA INCLUSIVA	20
2.1 Gestão escolar e a escola inclusiva	20
3. O PROCESSO DE INCLUSÃO SOB A ÓTICA DE GESTORES E EDUCADORES ESPECIAIS	23
3.1 O lugar da pesquisa	24
3.2 A inclusão para gestores e educadores especiais	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
5. REFERÊNCIAS	38
6. APÊNDICES	41
Apêndice A - Questionário	42

INTRODUÇÃO

O processo de inclusão escolar constitui-se como uma ação claramente delineada na história da educação especial. Há quase quatro décadas que os ideais de inclusão, ancorados no pensamento da não-exclusão das pessoas com necessidades especiais no ambiente escolar, vem influenciando uma cadeia de propostas e ações em diversos países. A escola, como palco do processo de inclusão, juntamente com a sociedade, precisa responder as necessidades específicas de cada aluno, constituindo-se assim como uma escola inclusiva.

Sabe-se que sempre existiram escolas que cometem práticas excludentes quando se trata de alunos com necessidades especiais, muitas vezes por não possuírem um conhecimento aprofundado na área da Educação Especial ou, por vezes, pelo simples fato de optarem por não trabalhar com alunos nesta condição. Esta situação gerou uma inquietação e o desenvolvimento deste estudo no sentido de conhecer as ações realizadas pela gestão da escola para a efetivação da inclusão escolar com qualidade e respeito a cada aluno.

Nesse sentido, o enfoque deste estudo é a escola como uma instituição social e os sujeitos com necessidades especiais que possuem o direito de frequentar esta instituição, tendo igualdade de acesso e permanência e também uma escola que se adapte as suas necessidades, permitindo-lhe o desenvolvimento pleno de seus potenciais. Logo, um dos fatores que podem contribuir para uma escola inclusiva é o trabalho em conjunto, a participação de todos os envolvidos na escola e também a comunidade escolar para que se possa realmente conhecer, atender e trabalhar de acordo com as necessidades de cada aluno e este, por sua vez, realizar transformações e ter participação social no mundo.

Nesse sentido, espaços inclusivos devem se adequar a todos os alunos fazendo com que estes sintam-se respeitados e valorizados, envolvendo o cuidado com conteúdos e cuidados na maneira como o currículo é elaborado e trabalhado. Não somente as estratégias de ensino devem ser designadas e as áreas curriculares determinadas para responder a uma ampla variedade de diferenças entre os alunos, mas o próprio currículo deve destinar-se às muitas maneiras em que os alunos se diferenciam. Portanto, pode-se dizer que são comunidades

inclusivas aquelas em que todos os membros consideram-se pertencentes e às quais acreditam poder contribuir.

Atualmente, na sociedade em que se vive, busca-se uma escola para todos, uma escola inclusiva, porém parece que este objetivo não está sendo alcançado. Diante dessa realidade, adentrou-se em escolas públicas do município de Santa Maria (RS) a fim de identificar como está acontecendo a gestão escolar e o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, do ano de 2008.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) dispõe que todos os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação frequentem a rede regular de ensino, com as devidas adaptações curriculares necessárias para o seu pleno desenvolvimento e, concomitantemente recebam atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos multifuncionais.

Um dos aspectos fundamentais para a efetivação da inclusão é uma gestão escolar democrática, um trabalho que ocorra em conjunto valorizando uma educação de qualidade para todos os alunos, independente das suas características próprias, possibilitando diferentes formas de ensino-aprendizagem para que os educandos tenham sucesso escolar, aprendendo da melhor maneira para eles.

A gestão democrática emerge e organiza a sociedade com um grande valor, guiando e amparando a organização social e política. É um paradigma atual no modelo de sociedade, sendo que os ideais, os valores e os sentidos das práticas sociais, neste momento, estão embasados na democracia, ou melhor, na gestão democrática. Logo, a escola também precisa estar embasada em uma gestão democrática, sendo assim uma escola participativa, com membros atuantes.

Este estudo objetiva focar, através de uma reflexão em torno da gestão escolar como uma forma de promover a educação inclusiva, as definições das políticas públicas nesse contexto e as práticas escolares atuantes.

Nesse sentido optei por pesquisar sobre políticas públicas que tratam do processo de inclusão escolar para investigar o funcionamento da gestão nas escolas em relação as práticas inclusivas bem como a participação democrática da comunidade escolar, propondo-me assim a refletir e discutir sobre a Gestão Educacional como tema geral, delimitando para tema específico: “Educação

Inclusiva e políticas públicas: análise da gestão escolar e práticas inclusivas em escolas do município de Santa Maria”.

Ainda hoje se tem observado algumas dúvidas de professores e gestores de escolas do ensino regular para realizarem a inclusão de alunos com necessidades especiais em suas turmas de ensino comum. Sendo assim, busco relacionar a gestão escolar e as práticas inclusivas dos profissionais e da comunidade escolar, problematizando: Como os gestores, professores bem como a comunidade escolar das referidas instituições se mobilizaram ou estão se mobilizando para que sejam cumpridas, com qualidade, as orientações estabelecidas nas políticas de inclusão?

Esta pesquisa tem por objetivo principal conhecer e refletir sobre as ações realizadas pelas escolas para o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares nas referidas instituições, observando se estas seguem orientações estabelecidas nas políticas de inclusão e contemplam as especificidades de cada aluno.

Este objetivo principal subdivide-se em três objetivos específicos, sendo eles: fazer uma análise das práticas escolares, especificamente de gestão escolar, se encontram-se de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; observar se o tema sobre a melhoria na qualidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais está em pauta nos diálogos dos professores e gestores e conhecer a participação de profissionais da área de educação especial na gestão e efetivação da inclusão escolar.

A proposta de investigação para o tema do trabalho será abordada com enfoque metodológico de natureza qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso sobre a gestão escolar e as práticas inclusivas. Os dados obtidos na pesquisa de campo serão interpretados qualitativamente, tendo em vista a discussão do assunto, o qual é de primordial importância para os contextos escolares atualmente, os quais, sendo democráticos devem habituar-se a atitudes participativas e com ênfase a educação de qualidade para todos, comprometida na luta contra as desigualdades e preconceitos.

Para compor este trabalho será utilizada uma entrevista semi-estruturada, aplicada com diretoras e educadoras especiais de três escolas públicas que funcionam no município de Santa Maria e tem alunos com necessidades especiais

incluídos em turmas regulares. As entrevistas serão feitas pessoalmente com os sujeitos de pesquisa com o intuito de que haja espontaneidade nos entrevistados.

O primeiro capítulo deste estudo aborda o contexto histórico da educação especial e da inclusão escolar através de literatura na área, leis e políticas educacionais voltadas para a educação especial.

O segundo capítulo trata das questões da inclusão escolar no contexto da gestão democrática, enfatizando a importância dos sujeitos atuantes neste processo, em especial os gestores das escolas participantes, os educadores especiais e também a participação da comunidade.

No terceiro capítulo descreve-se o lugar da pesquisa e também são analisadas as questões respondidas pelos entrevistados das escolas participantes, onde busca-se identificar o envolvimento dos sujeitos da pesquisa bem como a sua opinião para a consolidação de uma escola inclusiva e de qualidade para todos. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário com oito questões para cinco profissionais da área de educação, sendo uma diretora, uma vice-diretora e três educadoras especiais de três escolas públicas (municipais e estaduais) do município de Santa Maria – RS.

O questionário trata das seguintes questões: números de alunos incluídos, ações desenvolvidas na escola para implementar a inclusão escolar bem como os desafios e dificuldades para a implementação, o conhecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, formação de professores e participação da família e comunidade escolar na implementação da inclusão.

Nas considerações finais discutir-se-ão sobre os dados obtidos com a pesquisa de campo, relacionando-as com o referencial teórico, refletindo sobre a realidade do processo de inclusão nas escolas entrevistadas e propondo alternativas que possam favorecer a qualidade de ensino e a gestão escolar para a educação inclusiva.

CAPÍTULO I

1. CONTEXTO HISTÓRICO E MARCOS LEGAIS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.1 A Educação Especial no Brasil: uma Perspectiva Histórica

A Educação Especial no Brasil primeiramente aparece em forma de instituições com caráter assistencialista e, com o tempo vai passando para uma perspectiva clínica e atualmente tem-se mostrado com uma perspectiva educacional.

As primeiras instituições educacionais de atendimento as pessoas com necessidades especiais no Brasil foram o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, fundado em 1854 e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado em 1857, ambos concretizados por D. Pedro II. Em 1891 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos passou a chamar-se *Instituto Benjamin Constant (IBC)* e em 1957 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos passou a chamar-se *Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES*. (MAZZOTTA, 2005)

As décadas de 1930 e 1940 tiveram grandes marcos para a educação especial no Brasil. Para a educação de deficientes visuais o Instituto Benjamin Constant (IBC) editou a primeira revista em braile, sendo esta a Revista Brasileira para Cegos, e também instalou uma imprensa braile, a qual é responsável pela impressão de livros didáticos para cegos. Para alunos com deficiência visual foi criado a União de Cegos do Brasil no Rio de Janeiro e o Instituto de Cegos Padre Chico em São Paulo. (BUENO, 1993)

Em 1954 é fundada, no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), sendo uma organização social que tem o objetivo de promover atenção as pessoas com necessidades especiais. Hoje a APAE está presente em mais de dois mil municípios do país.

Na década de 50 a educação para as pessoas com necessidades especiais foi assumida pelo governo federal em forma de campanhas sendo a primeira, a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, a qual tinha como objetivo

promover a educação dos surdos em todo o território nacional. Em 1960, foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) liderada pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro com o objetivo de promover a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional a deficientes mentais. (MAZZOTTA, 2005)

Em 1973, é criado no Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP que se tornou responsável pela direção da educação especial no país, incentivando ações educacionais para pessoas com necessidades especiais. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2007.)

Suas competências estão expostas no Art. 2 do Decreto 72.425 de julho de 1973, nos seguintes termos:

Art. 2º O CENESP atuará de forma a proporcionar oportunidades de educação, propondo e implementando estratégias decorrentes dos princípios doutrinários e políticos, que orientam a Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes da visão, audição, mentais, físicos, educandos com problemas de conduta para os que possuam deficiências múltiplas e os superdotados, visando sua participação progressiva na comunidade.

Em 1986 o CENESP foi transformado na Secretaria de Educação Especial – SESPE, mantida basicamente com as mesmas competências do CENESP. Em 1990, com a reestruturação do Ministério da Educação, extingue-se a SESPE e suas atribuições passam a ser responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb. Em 1992, após reorganizações nos Ministérios, reaparece a Secretaria da Educação Especial – SEESP, como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto, sendo nomeada para conduzi - lá Rosita Edler Carvalho. (MAZZOTTA, 2005)

Atualmente, a Secretaria de Educação Especial está em processo de remanejamento, sendo que o Decreto 7.480 de 16 de maio de 2011 revoga o Decreto 6.320 de dezembro de 2007. O Decreto 6.320 aprovava a estrutura regimental do Ministério da Educação, incluindo a Secretaria de Educação Especial como responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar aspectos da Educação Especial no país.

1.2 Políticas Públicas: Educação Especial e Educação Inclusiva

A Educação Especial por muito tempo foi desempenhada em um contexto de escolas especiais e classes especiais existentes em escolas regulares. Frequentavam estes espaços alunos com necessidades especiais ou alguma dificuldade significativa no processo de aprendizagem. Nos dias atuais, a educação especial deve fazer parte de uma educação inclusiva, com atendimentos educacionais especializados, salas de recursos em turno inverso ao escolar e também na realização de adaptações necessárias de acessibilidade para que os alunos com necessidades especiais tenham acesso com excelência ao currículo escolar.

O movimento de inclusão dos alunos com necessidades especiais teve início com um dos documentos pioneiros na área, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O seu artigo 26 traz que todos têm direito a instrução, sendo esta, nos níveis elementar e fundamental, obrigatória e gratuita, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento da personalidade e do respeito pelos direitos humanos promovendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações contribuindo na manutenção da paz.

O Brasil segue alguns documentos internacionais que visam uma educação inclusiva e de qualidade para todos. Entre estes documentos estão: A Declaração de Jomtien (1990), a Declaração da Salamanca (1994), A Convenção da Guatemala (1999) e a Declaração de Montreal (2001). Entre as políticas nacionais estão: A Constituição Federal (1988), o Plano Decenal de Educação para Todos (1993 – 2003), Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), entre outros.

A Declaração de Jomtien, ocorrida em Jomtien na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990 e aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos traz como prioridade mais urgente melhorar a qualidade e garantir o acesso de todos a educação, superando obstáculos e eliminando qualquer preconceito ou estereótipo.

A Declaração da Salamanca, resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994, traz um compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a importância da

educação para pessoas com necessidades especiais. Tem como objetivo informar sobre políticas e guiar ações sobre princípios, política e prática em Educação Especial. O princípio orientador desta Declaração é que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas, entre outras, levando assim o conceito de escola inclusiva e enfatizando o desafio que as escolas tem no desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança.

Em 2001, entrou em vigor no Brasil a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, ocorrida na Guatemala em 7 de junho de 1999. Esta convenção tem por objetivo eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência e propiciar a sua plena integração na sociedade. Desta forma, é indispensável que as pessoas que possuem alguma necessidade especial possam frequentar escolas regulares sem sofrer qualquer tipo de preconceito.

A Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão, aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Canadá, traz importantes considerações sobre uma sociedade inclusiva e conseqüentemente educação inclusiva, enfatizando que os princípios da educação inclusiva sejam incorporados nos currículos de todos os programas educacionais.

Percebe-se que há muito tempo o tema sobre sociedade e educação inclusiva emergem em discussões mundiais. Porém, ainda hoje se encontra escolas com alguns comportamentos discriminatórios não respeitando as diferenças individuais de cada um.

Pode-se dizer que, por vezes, estes comportamentos ainda acontecem por falta de conhecimento e prática dos professores com alunos com necessidades especiais. Muitos tem dificuldades em trabalhar e adaptar métodos de trabalho em prol do sucesso escolar deste alunado, e estes casos acontecem também quando o aluno possui alguma dificuldade de aprendizagem. Nesse sentido, Carvalho enfatiza que:

[...] o desafio que tais alunos representam torna-se mais um problema para os educadores. Sentem-se despreparados e desmotivados para o trabalho com alunos que, mesmo não sendo portadores de deficiência “real” (mental, auditiva, visual, física, múltipla) ou de condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou de graves quadros psicológicos, apresentam deficiências circunstanciais e contribuem para aumentar o fracasso escolar. (CARVALHO, 1998, p. 121)

Entre os documentos nacionais menciona-se primeiramente a Constituição Federal de 1988, a qual cita que todas as pessoas tem direito a educação, prescrevendo também que todos devem ter direitos iguais no acesso e permanência na escola com garantia de padrão de qualidade. No inciso III do artigo 208 ressalta que todos os alunos com necessidades especiais devem receber atendimento educacional especializado, preferencialmente frequentando na rede regular de ensino.

A Lei 7.853 de outubro de 1989 dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiências, sua integração social e sobre a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Na área da educação instituiu a inclusão no sistema educacional da Educação Especial como modalidade de educação, oferecendo esta modalidade de ensino em todos os estabelecimentos públicos de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9394/96) que, como prescrito na Constituição Federal, prevê que alunos com necessidades especiais tenham atendimento educacional especializado gratuitamente, preferencialmente em rede regular de ensino. Com a LDB, do ano de 1996, percebe-se que não é atual a ideia de inclusão escolar e social de pessoas com necessidades especiais.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Como citado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, o currículo, os métodos e a forma como o professores trabalham podem ser adaptados para atender as necessidades específicas dos alunos com necessidades

especiais. O currículo escolar é a orientação da escola, é o instrumento que permeia todas as atividades, experiências e objetivos dos educadores (CARVALHO, 2008)

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, enfatiza que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

As ações para uma educação inclusiva marcam a construção de uma sociedade comprometida com o bem estar das pessoas com necessidades especiais, sendo que as transformações no ambiente e também em estruturas muitas vezes se fazem necessárias e as podemos chamar de adaptações. Segundo Carvalho (2008) as adaptações podem ser estruturais e atitudinais.

A Lei 10.098 de 2000 estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais. Estabelece, no seu art. 1º, mudanças nas barreiras e obstáculos em vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

O Decreto 5.626 de 2005 regulamenta a Lei 10.436 de 2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) reconhecendo-a como meio legal de comunicação e expressão. Este documento prescreve, no seu art. 14 que:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Para que ocorra a inclusão escolar, sem dúvida, é importante que sejam realizadas adaptações que promovam a acessibilidade de todos na escola. Carvalho (2008) acredita que os currículos escolares devem ser flexíveis e que neles possam ocorrer modificações, os professores devem trabalhar para formar no aluno o aprender a aprender e o aprender a pensar, devem oferecer vários métodos de ensino e também repensar a forma de avaliar os conhecimentos.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência adotada pela ONU em 2006, a qual o Brasil é signatário, reconhece a importância da acessibilidade das pessoas com deficiência e o acesso igualitário aos meios físicos, sociais, econômicos, a saúde e a educação, podendo assim desfrutar de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) prevê que todos os alunos com deficiência devem frequentar salas de aula comuns, recebendo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (p. 8)

Percebe-se que a referida Política abrange pontos importantes para a efetivação da inclusão escolar com qualidade, estimulando a escola a ter mudanças significativas e comprometidas no âmbito da sua compreensão das diferenças e de suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, para dar suporte às práticas pedagógicas, o atendimento educacional especializado tem importância significativa. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007), este serviço tem a função de *“identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”*. (p. 10)

O Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE), considerando este como um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, sendo oferecido aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, que frequentam o ensino regular como forma complementar e suplementar.

Cabe ao Ministério da Educação oferecer apoio técnico e financeiro na implantação de salas de recursos multifuncionais, na formação de professores para trabalhar com atendimento educacional especializado, formação de gestores e educadores para a escola inclusiva, oferecer acessibilidade arquitetônica e recursos

educacionais acessíveis e também estruturar núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), segundo o Art. 5º da Resolução Nº 4 de 2009, é realizado no turno inverso a escolarização, em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola de ensino regular ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado de rede pública ou instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Educação.

Os alunos que necessitam dos atendimentos, segundo o Decreto 6.571 de 2008, são duplamente contabilizados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, pois tem a matrícula no ensino comum concomitante a matrícula no AEE.

Percebe-se que as leis e políticas em prol de uma educação inclusiva são elaboradas há muito tempo, porém a inclusão escolar só terá êxito total quando todos os envolvidos na educação estiverem engajados na luta pela educação de qualidade para todos.

CAPÍTULO II

2. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARA A ESCOLA INCLUSIVA

A gestão democrática é sem dúvida um dos princípios básicos para se ter uma escola inclusiva e de qualidade, onde todos os alunos tenham acesso a educação e ensino de qualidade, tendo respeitadas as suas especificidades.

A inclusão escolar, apesar de ser um tema tratado há muito tempo, parece ainda como algo inovador na educação, pois necessita de uma escola aberta às diferenças. Ainda encontramos poucas escolas que aceitam as diferenças no seu sistema de ensino, grande parte continua exercendo práticas excludentes e tentando homogeneizar os alunos.

A proposta inclusiva diz respeito a famílias inclusivas, a escolas inclusivas e a uma sociedade inclusiva, capazes de acolher e reconhecer as diferenças individuais e oferecer respostas educativas que atendam aos interesses e necessidades de todos. (CARVALHO, 2008, p. 101)

É importante que tenhamos uma sociedade inclusiva para assim podermos transformar a escola em um espaço inclusivo e de aceitação das diferenças.

2.1. Gestão escolar e a escola inclusiva

Gestão Educacional abrange articulações entre as redes Federais, Estaduais e Municipais de ensino e está ligada ao campo das normatizações de leis que gestam o sistema educacional brasileiro. Já a gestão escolar está ligada ao campo da escola.

A escola, como uma instituição social possui objetivos a cumprir, entre eles o da formação cidadã, de valores e atitudes e também a aprendizagem dos conteúdos escolares. Nesse sentido, pode-se dizer que a gestão na escola abrange as ações, recursos e procedimentos indicados para alcançar estes objetivos. (LIBÂNEO, 2005)

Quando falamos em gestão escolar não podemos deixar de pensar em gestão democrática, onde todos participam do processo pedagógico, sendo assim uma gestão escolar democrática.

Segundo Libâneo (2005), podemos falar em quatro concepções de organização e gestão escolar: a concepção técnico-científica, a concepção autogestionária, a concepção interpretativa e a concepção democrático-participativa. Estas três últimas concepções se encaixam em uma forma de gestão participativa.

Na concepção técnico – científica a direção da escola é centralizada em uma só pessoa, com um rígido sistema de normas e regras, e cabe aos professores e funcionários da escola apenas cumprir os planos que já foram elaborados. A concepção autogestionária é uma forma de gestão coletiva, onde não existe uma direção centralizada e a participação deve ser direta e igual por parte de todos na escola. Na concepção interpretativa o processo de organização e gestão se tem base nas experiências e nas interações sociais, recusando-se assim a ter regras de funcionamento da instituição. A concepção democrático-participativa é baseada em um processo de relação participativa entre a direção e os membros da equipe escolar, buscando em conjunto objetivos comuns que devem ser assumidos por todos, resultando assim uma forma coletiva de tomada de decisões. (LIBÂNEO, 2005)

Uma escola com gestão democrática precisa além ter autonomia para tomar decisões, estar atenta a qualidade de educação para todos. Nesse sentido, quando pensamos em “todos” os alunos, podemos dizer que estamos pensando em uma escola inclusiva e para uma escola ser inclusiva é importante atender para alguns pontos fundamentais como: participação ativa em prol da inclusão de corpo docente, alunos, equipe diretiva e também dos pais e adaptações estruturais e de currículo para as necessidades específicas de cada educando.

O Projeto Político Pedagógico, sendo construído democraticamente, é um importante instrumento na efetivação da inclusão escolar, pois é ele que permeia toda a ação que será realizada na escola. Segundo Libâneo (2005, p. 178) “o projeto político-pedagógico é proposto com o objetivo de descentralizar e democratizar a tomada de decisões pedagógicas, jurídicas e organizacionais na escola, buscando maior participação dos agentes escolares”.

Nesse sentido, a escola tem autonomia para escolher e trabalhar em prol de uma educação inclusiva. Para Gadotti (2001), o projeto da escola depende da ousadia dos participantes na sua construção, pois fará com que a escola assuma as atitudes que terá. Logo, pensando em uma escola inclusiva, a escola terá ousadia

para enfrentar os desafios da inclusão, transformando-se em uma escola democrática e de aceitação das diferenças.

Segundo Gandin (2006) o projeto político-pedagógico deve ser edificado por todos como forma de construir-se uma sociedade inclusiva. “A construção coletiva de um projeto político-pedagógico é uma tarefa complexa – porém necessária – para aqueles que buscam uma sociedade mais justa e que respeite as diferenças” (GANDIN, 2006, p.71)

A gestão escolar precisa estar engajada a um processo democrático, onde todos os envolvidos com a educação, pais, professores, gestores e alunos trabalhem juntos na formação da escola inclusiva, realizando as modificações necessárias e trabalhando na diversidade.

Todos são responsáveis por uma escola inclusiva e devem prezar por uma organização escolar que garanta o acesso de todos os alunos ao currículo escolar, proporcionando adaptações quando estas forem necessárias. Nesse sentido Carvalho esclarece sobre as adaptações curriculares.

As adaptações curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que possibilita maiores níveis de individualização do processo ensino-aprendizagem escolares, particularmente importante para alunos que apresentam necessidades especiais. (CARVALHO, 2008, p. 105)

O trabalho de uma escola inclusiva deve estar alicerçado em uma gestão democrática que tenha um trabalho conjunto entre a escola e toda a comunidade escolar, com o intuito de melhorar a qualidade da educação, formando cidadãos críticos e reflexivos. Os alunos de hoje são os adultos de amanhã, sendo eles com necessidades especiais ou não, todos precisam de uma educação de qualidade para que tenham forças de transformar a sociedade onde vivem.

CAPÍTULO III

3. O PROCESSO DE INCLUSÃO SOB A ÓTICA DE GESTORES E EDUCADORES ESPECIAIS

No capítulo III dar-se-á enfoque à análise dos dados obtidos através das entrevistas realizadas com gestores e educadores especiais de escolas públicas.

As entrevistas foram realizadas com pessoas da equipe diretiva e educadoras especiais de três escolas, totalizando cinco profissionais. Os educadores especiais trabalham em sala de recursos multifuncional com alunos que possuem necessidades especiais e estão incluídos em turmas de classes regulares.

Os profissionais responderam um questionário (Apêndice A) contendo oito questões que tratam dos seguintes aspectos: número de alunos em situação de inclusão na escola; ações desenvolvidas pela escola para implementar a inclusão bem como os desafios encontrados pela mesma; conhecimento dos profissionais entrevistados sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; opiniões pessoais dos entrevistados sobre as dificuldades na inclusão escolar, resultados da inclusão escolar, formação de professores para a inclusão e a participação da família e da comunidade escolar na efetivação da inclusão escolar com qualidade.

O trabalho é caracterizado como um Estudo de Caso de natureza qualitativa, sendo que os dados obtidos através das entrevistas serão analisados qualitativamente visando enfatizar este assunto de suma importância para uma educação de qualidade. Segundo Pádua (1994), estudo de caso refere-se à coleta e registro de dados, podendo ser de um caso particular ou de vários casos, a fim de montar um relatório crítico com o objetivo de propor mudanças.

A análise tem como enfoque a inclusão escolar como uma forma democrática de educação, sendo que, dessa forma, é possível que todos tenham acesso a escola e educação com qualidade.

3.1. O lugar da pesquisa

Foram escolhidas, para a coleta de dados, três escolas da rede pública de ensino do município de Santa Maria (RS), sendo elas: Escola Estadual “A”, Escola Estadual “B” e Escola Municipal “C”. As informações da escola que seguem abaixo foram retiradas dos seus respectivos Projetos Políticos Pedagógicos.

A Escola Estadual “A”, atualmente conta com 57 professores e 13 funcionários que atendem 725 alunos.

O objetivo primordial é “formar seres humanos conscientes de seu papel, de seus direitos, limites e deveres, integrando-os na sociedade de forma salutar. Portanto, a escola em todos os seus segmentos, estará atenta para ajudá-los com: orientação psicológica, atendimento médico, apoio do corpo docente e da direção”.

A educação é compreendida como um processo transformador e libertador, onde o indivíduo sabe interagir individual e coletivamente, transformando a realidade a partir de novas experiências, produzindo assim novos conhecimentos.

Como filosofia, a escola trabalha para colaborar com uma sociedade melhor, sendo esta formada por cidadãos éticos e com conhecimentos e valores humanos, onde vivam mais felizes com as suas realizações e respeitem as diferenças individuais de cada um.

É compromisso ético e legal da escola garantir o acesso dos alunos com deficiência e também a permanência e a educação com qualidade para todos. Para a escola conseguir atingir tais princípios esta assume um compromisso de desenvolver ações em conjunto, visando o sucesso do processo de inclusão e escolarização de todos os alunos.

Nesse sentido, o atendimento educacional especializado, realizado na sala de recursos multifuncional tem como objetivo ser um apoio pedagógico ao processo de inclusão dos alunos com deficiência, complementando e/ou suplementando o ensino curricular com equipamentos e materiais específicos, para facilitar a aprendizagem dos alunos. A dinâmica do trabalho na sala de recursos se dá através de aulas individuais e/ou em pequenos grupos, preferencialmente, em turno inverso do ensino regular.

O ser humano que se pretende educar é o sujeito capaz de construir a própria história, a partir de uma efetivação na sociedade. Um homem engajado nas tarefas do seu tempo. Alguém voltado para a realização de

sua individualidade e dotado de consciência social cidadã e apreensão do seu papel histórico, por isso disposto a colaborar na luta popular particular de decidir e dirigir a vida social. (Projeto Político Pedagógico/Escola Estadual “A”)

A Escola Estadual “B” possui cerca de 1150 alunos, distribuídos nos três turnos. A média é de 30 a 40 alunos por sala de aula. Oferece os seguintes níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (diurno e Noturno), Educação de Jovens e Adultos (Alfabetização), Educação Especial com sala de recursos para deficientes mentais e deficientes visuais.

O Projeto Político Pedagógico da Escola “B” foi elaborado em 2009, pelo que foi observado no decorrer deste trabalho, está tendo movimentação de toda a comunidade escolar para que realmente exista uma coerência entre teoria e prática.

O PPP abrange uma análise crítica da realidade, a filosofia da escola, as concepções pedagógicas, o diagnóstico da instituição e as ações concretas para superar problemas, conflitos e/ou dificuldades. É elaborado pela comunidade escolar e aprovado pelo conselho escolar, o qual exerce as atribuições previstas na legislação específica.

Como filosofia a escola “busca a formação de alunos críticos, participativos, criativos e com condições de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade solidária, pluralista e justa” (p. 15). Seus objetivos são: realizar um trabalho educacional comprometido com o desenvolvimento do educando, de forma lúdica e prazerosa, com compromisso político e social, valorizando o conhecimento de cada um, facilitando a inclusão de todos no processo de construção do conhecimento.

O plano relacionado à educação especial está em fase de adaptação. Sendo que “os alunos com necessidades educacionais especiais são atendidos em Classe Especial e Sala de Recursos, e alguns alunos na classe regular, tanto na Educação Infantil quanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio” (p. 18). A escola possui uma sala de recursos para atendimento dos alunos incluídos e tem por objetivo desenvolver atividades visando a permanência do aluno com necessidade educacionais especiais na escola, através de estratégias que venham a auxiliar na efetivação do processo de inclusão.

Segundo o PPP da Escola “B”

A comunidade escolar deve se mobilizar para reconhecer, respeitar e conviver com as diferenças individuais de turmas de idade, de papéis, de funções e ideias. Isso requer uma nova postura de todos que participam do

processo educativo que se realiza dentro e fora da sala de aula, como também valorização profissional, recursos e materiais didáticos suficientes. (P. 21)

As relações entre os segmentos da unidade escolar baseiam-se no respeito, na solidariedade e na valorização da participação de cada um, para um melhor convívio no grupo, contribuindo para a inclusão escolar.

O processo de aprendizagem acontece em uma perspectiva sócio-interacionista. A avaliação é um processo de diagnóstico contínuo, cumulativo e participativo, envolvendo os integrantes da comunidade escolar. Neste processo os aspectos qualitativos deverão preponderar sobre os quantitativos. Deve ser visto como um meio de garantir o sucesso da aprendizagem e a melhoria do currículo escolar.

A Escola Municipal “C” possui 15 salas de aula, educação infantil, sala de recursos multifuncional, turma do primeiro ao nono ano no período diurno e no período noturno possui EJA. A escola possui biblioteca, sala dos professores, secretaria, sala de direção, sala de supervisão, sala do SOE, salão de festas e vídeo, sala de informática, sala de jogos, quadra de esportes, refeitório, cozinha, clube de mães e conselho escolar. Possui aproximadamente 850 alunos.

A realidade da população que frequenta a escola é um nível socioeconômico médio e baixo, atendendo predominantemente a classe operária, que residem na maioria dos casos, em vilas e COHABS.

O Projeto Político Pedagógico da escola busca melhor qualidade de ensino e é construído e vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo. É documento que dá voz à escola, sendo a concretização de sua identidade e autonomia. A escola se define como um espaço de diálogo, debate e reflexão coletiva, pensa na educação como fator de transformações. E escola preza por uma educação participativa e democrática, baseada nos princípios da ética, estética e política.

Acredita que, como vivemos em uma época de globalização e competição, precisa trabalhar com conteúdos de conhecimentos gerais e também com saberes da vida cidadã, sendo assim, para a escola, o local onde se constrói conhecimento é também o local onde se produzem subjetividades.

A escola tem “função integradora, participativa, dinamizadora e de conscientizar para valores de cidadania, bem como o da consolidação desses

valores, refletidos na comunidade” (p.11). O educador desenvolve seu trabalho de maneira “crítica, consciente, de modo a orientar o aluno na construção do seu conhecimento”. (p. 12)

As metas da escola são a inclusão, o acesso e a permanência de alunos, a construção do conhecimento e interdisciplinaridade, avaliação emancipatória, gestão democrática, exercício de cidadania e solidariedade, formação de professores e reestruturação curricular. (p. 15)

As suas ações são atender todos os alunos sem distinção, respeitando a diferença e a singularidade de cada um, refletir sobre o processo avaliativo e tem também cursos de formação continuada para os professores.

A filosofia do Projeto Político Pedagógico da escola tem como referência, o cultivo da cidadania e a vivência de valores, atenta ao sinal da atualidade, em um ambiente acolhedor que oferece espaço para o crescimento, para a promoção da vida e para a dignidade, voltada para a formação global da pessoa humana.

O objetivo da escola é proporcionar a construção do conhecimento dos valores, usando uma metodologia dinâmica, desenvolvendo no educando a capacidade criadora, o senso crítico e a consciência de sua função na sociedade, promovendo um processo educativo baseado na reflexão e ação. A educação infantil tem por objetivo desenvolver uma imagem positiva de si na criança, descobrir seu próprio corpo criando hábitos de higiene e saúde e brincar expressando emoções. No ensino fundamental, o objetivo é que os alunos compreendam a cidadania como participação social e política, ensinando-os os seus direitos e deveres civis. (p. 23)

A Educação Especial tem por objetivo favorecer o avanço no processo de desenvolvimento do aluno, levando-o a adquirir aprendizagens básicas que lhe possibilitem o êxito escolar e pessoal, favorecendo seu acesso a níveis mais elevados de ensino e formas saudáveis de convivência social. Ela pretende formar um aluno autônomo, que vivencie a inclusão escolar e social e consiga fazer uso de estratégias diferenciadas para a efetivação de sua aprendizagem.

O atendimento educacional especializado, o qual é realizado na sala de recursos multifuncional, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades se diferenciam das realizadas em sala de aula. Esse atendimento complementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência.

Os alunos que freqüentam o atendimento educacional especializado são alunos com necessidades especiais, altas habilidades, transtornos globais e dificuldades de aprendizagem. A avaliação para o encaminhamento é feito através

de estudo de caso e entrevista familiar, pareceres médicos, avaliação inicial do aluno considerando suas habilidades e capacidades bem como as necessidades específicas. Os atendimentos individuais duram aproximadamente 50 minutos ou são realizados em pequenos grupos de, no máximo, quatro alunos. A avaliação desses alunos é feita pelo professor da classe regular e também pelo educador especial que o atende.

3.2 A inclusão para gestores e educadores especiais

A entrevista foi realizada com três educadoras especiais, uma de escola municipal e duas de escolas estaduais, uma diretora de escola municipal e uma vice-diretora de uma escola estadual. Apenas uma pessoa da equipe diretiva de uma escola estadual não teve disponibilidade para responder o questionário.

A primeira questão tratava sobre a quantidade de alunos com necessidades especiais que frequentavam a escola em situação de inclusão. Na primeira escola, Escola Estadual "A", a educadora especial relatou ter 22 alunos com necessidades especiais diagnosticados, em situação de inclusão. Na Escola Estadual "B" a educadora especial da escola relatou possuírem mais de 50 alunos com necessidades especiais na escola, sendo eles na classe especial e incluídos. E na Escola Municipal "C" aproximadamente 16 alunos incluídos.

A próxima questão tratava sobre as ações desenvolvidas na escola para implementar a inclusão com qualidade. Todos os profissionais entrevistados relataram que, na sua escola, as educadoras especiais trabalham em conjunto com os professores das classes comuns, mantendo-os informados sobre os progressos e as dificuldades que o aluno que está incluído possui. Também realizam reuniões semanais ou quinzenais para a melhor adaptação dos alunos e professores, os quais trabalham em conjunto para realizarem adaptações necessárias de currículo. Os professores realizam cursos de formação e palestras oferecidas pela Secretaria de Educação.

Segundo os relatos, pode-se perceber que as orientações construídas pelos Projetos Políticos Pedagógicos são adotadas quando se trata de implementar a inclusão com qualidade nas escolas.

Observa-se a importância da equipe escolar estar atualizada e frequentar cursos de formação, pois se percebe que, em alguns casos, os professores têm dificuldade em aceitar a inclusão dos alunos por falta de conhecimento na área. Nesse sentido, é de extrema importância a formação continuada para os professores que trabalham com a inclusão, pois estes, ao estarem em contato com diferentes referenciais teóricos poderão enfrentar com maior tranquilidade e segurança o seu trabalho.

Ainda com a intenção de conhecer aspectos sobre a prática da inclusão na escola, questionou-se sobre os desafios encontrados para implementar as políticas de inclusão escolar na escola. As educadoras especiais entrevistadas relataram que ainda existe forte resistência dos professores das classes comuns, evidenciando situações de preconceito com alunos que possuem necessidades especiais. A diretora e a vice-diretora entrevistadas acreditam que ainda falta preparação por parte dos professores, que estes não foram preparados também no seu curso de formação inicial para receber alunos com necessidades especiais em suas turmas. Uma das entrevistadas, a qual está afastada das salas de aula no momento, acredita que os professores que trabalham com alunos incluídos “*merecem um troféu*”.

Pode-se perceber neste trecho que a inclusão ainda é vista como penosa e de muita dificuldade para alguns professores, existindo assim cada vez mais barreiras na educação de qualidade para todos.

Após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as escolas municipais precisaram fechar as suas classes especiais e incluir os alunos nas turmas regulares. Nesse sentido, foi questionado sobre as mudanças ocorridas na escola após a implementação da referida Política. A educadora especial da escola municipal relatou que:

Mudou tudo, antes tinha classe especial e agora todos os alunos estão incluídos. Antes, quando os alunos frequentavam a classe especial e estavam aptos para a inclusão eram encaminhados para a inclusão, agora estão incluídos e tem atendimentos na sala de recursos, no geral mudou para melhor, pois antes, pode-se dizer que ficavam confinados. (Educadora Especial/Escola Municipal)

A diretora da mesma escola acredita que os fechamentos das classes especiais aconteceram de forma rápida e relata que:

Na nossa escola não houve muitas mudanças, na verdade são dois extremos, as crianças que precisam das classes especiais para a

socialização e de repente eliminam-se a classe especial e esta criança às vezes é mais excluída na classe comum do que na classe especial, pois os professores tinham muitas dúvidas sobre a inclusão. Eu questiono como as coisas são feitas, a exclusão das classes especiais, foram muito imediatas, não prepararam família nem professores. (Diretora/Escola Municipal)

As escolas estaduais possuem classes especiais, segundo relato das educadoras especiais, após a referida Política a única mudança foi o público alvo de atendimentos nas salas de recursos, sendo que não devem atender alunos apenas com dificuldades ou com transtornos de aprendizagem. *“Tem classe especial, pois os que freqüentam não têm condições de inclusão”*. A entrevistada da equipe diretiva desta escola relatou que não tem conhecimento pleno da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), acredita que ela exista há muitos anos, porém relatou que houve rejeição por parte dos colegas.

Segundo relato da educadora especial de outra escola estadual, *“tem classe especial com mais ou menos seis alunos, mas a proposta é fechar as classes especiais do Estado também”*.

Percebe-se ainda um pouco de resistência dos profissionais que não trabalham diretamente com os alunos que possuem necessidades especiais quando fala-se no fechamento das classes especiais.

Quando questionadas sobre as dificuldades que percebem na efetivação da inclusão escolar, as educadoras especiais relataram a resistência, o preconceito, o medo e a ansiedade dos professores das classes comuns em relação ao trabalho com estes alunos e também ao nível de aprendizagem que podem chegar.

Acredito que a maior dificuldade é o desconhecimento e o medo por parte de alguns colegas. A gestão da escola acredita na Educação Especial e inclusão, não só porque a lei manda, incentivamos a inclusão com qualidade e trabalhamos para dar apoio aos professores das classes comuns. (Educadora Especial/ Escola Municipal)

A gestão democrática traz que todos da equipe escolar devem trabalhar em conjunto para efetivar a inclusão. Esta deve ser parte integrante do Projeto Político Pedagógico, o qual deve ser elaborado por todos e impreterivelmente colocado nas práticas diárias da escola.

As entrevistadas das equipes diretivas das escolas relataram que as principais dificuldades são: *“falta pessoas especializadas para trabalhar com alunos incluídos, falta atendimento de saúde para o acompanhamento das crianças que*

precisam de tratamento, bem como a falta de laudo e parecer médico.”
(Diretora/Escola Municipal)

A vice-diretora de uma Escola Estadual acredita que a principal dificuldade é a questão da família desejar que a criança não tenha alguma deficiência, omitindo assim a informação e dificultando o trabalho da escola.

Na questão que trata sobre como as entrevistadas avaliam os resultados da inclusão, as educadoras especiais são unânimes nas suas opiniões, todas acreditam que o resultado foi bom para os alunos com necessidades especiais, sendo que, apesar de algumas dificuldades nos acompanhamentos dos conteúdos, nenhum aluno incluído estagnou *“se não consegue dominar o conteúdo, pelo menos sabe sobre que assunto se trata”*.

A diretora e vice-diretora entrevistadas acreditam que alguns melhoram a aprendizagem e melhoram muito na questão de convivência com outros alunos da escola.

A questão da aprendizagem está melhorando, ainda não melhorou mais pois falta preparo dos professores (no geral), o que ajuda são os atendimentos no contra turno, quando os pais trazem, claro. Houve crescimento na aprendizagem e na socialização. Eu defendo a inclusão, temos muitos pais comprometidos e a as crianças com déficit cognitivo avançam com a inclusão e atendimentos individuais. O trabalho precisa ser em conjunto. (Diretora/Escola Municipal)

Apesar de alguns não acreditarem na inclusão, percebe-se, pelas respostas das entrevistadas, que os resultados estão sendo bons para os alunos. Algumas ansiedades dos profissionais da educação dizem respeito ao grau de aprendizagem que alunos com dificuldades significativas na aprendizagem podem chegar, porém se a equipe trabalhar junto para alcançar o potencial deste aluno, a inclusão mostra-se como melhor opção.

Na questão que trata da formação dos professores para trabalhar com a inclusão, as educadoras especiais acreditam que os professores das classes comuns ainda possuem resistências para trabalhar com alunos incluídos, principalmente professores dos anos finais e do ensino médio. Acreditam que estão procurando formação, porém falta-lhes tempo e assim, acabam procurando ajuda das especialistas que trabalham na escola através de reuniões, conselhos de classes e indicação de leituras informativas.

Segundo relatos da vice-diretora e diretora das escolas entrevistadas: *“A formação dos professores é mínima, falta formação, falta interesse, alguns*

professores tem má vontade (...) os cursos de formação existem, só que os professores não conseguem fazer, pois não podem dispensar a turma, acabam sem tempo. Esse ano está no calendário acadêmico a semana de formação, os professores foram convocados, e é bom". (Diretora/Escola Municipal)

A partir deste relato, percebe-se que ainda faltam qualificações de alguns profissionais para trabalharem com alunos que possuem necessidades especiais. Esta falta de qualificação pode ocorrer por falta de disponibilidade em realizar cursos e estudar sobre o assunto ou porque ainda não perceberam a importância de estar qualificado para assim poder contribuir com a inclusão e a qualidade do ensino na diversidade.

É indispensável que profissionais da educação estejam sempre atualizados e participando de cursos de formação para melhor atenderem as especificidades de cada um dos alunos. A prática pedagógica exige conhecimento, pois como educadores somos também agentes de transformações na vida dos educandos.

Sobre as participações das famílias e da comunidade escolar no processo de inclusão, educadoras especiais relataram que as famílias – pais de alunos com necessidades especiais – trabalham de forma conjunta com a escola, no geral os pais de todos os alunos não possuem preconceito e nunca existiram problemas com pais de alunos que não possuem necessidades especiais por estes serem colegas de seus filhos (em relação a atrapalhar o rendimento da turma). Em uma das escolas estaduais, a educadora especial relata:

Existe um grande número de alunos com necessidades especiais que frequentam a escola, os pais não são contra, a inclusão está instituída na nossa escola. Os pais de alunos incluídos têm uma participação maciça, tem o telefone dos professores, ligam, fazem pedidos, orientações, justificam ausências. Tem uma participação maravilhosa, estão sempre interagindo conosco. Em relação a comunidade escolar, todos trabalhamos juntos, não só professores e equipe diretiva, mas também funcionários, estamos todos envolvidos com a inclusão. (Educadora Especial/Escola Estadual)

A diretora entrevistada relata que, na escola onde trabalha existe “*resistência de alguns pais, pois acreditam que, dependendo do nível de comprometimento pode desestruturar toda a turma, daí nos perguntamos se isso é inclusão. O compromisso dos pais de alunos incluídos é grande, participam e ajudam a escola*”. A diretora relata ainda que ocorreu um caso na escola de um aluno que tinha muita dificuldade de socialização, porém, com o trabalho conjunto dos pais e equipe escolar, hoje encontra-se adaptado a turma.

Pode-se perceber, com as entrevistas relatadas acima, que ainda existem empecilhos para que ocorra a plena inclusão dos alunos com necessidades especiais, tornando assim um empecilho também para que ocorra a educação com qualidade para todos, porém percebe-se que o processo de inclusão está sendo visto com mais seriedade pela comunidade escolar.

As mudanças devem ocorrer, primeiramente sob forma de mudanças de atitude por parte dos profissionais que irão receber em suas salas de aula alunos com necessidades especiais. Segundo Carvalho (2006, p. 82), *“a educação inclusiva está se desenvolvendo, apesar de inúmeras dificuldades que os sistemas têm enfrentado, particularmente pela complexidade dos desafios. Destes, os mais significativos são os atitudinais”*.

É importante que os profissionais da educação e toda a comunidade escolar tenham atitudes em prol da educação inclusiva, fazendo um trabalho em conjunto e aceitando os desafios de trabalharem na diversidade.

É imprescindível que a inclusão não só conste no Projeto Político Pedagógico da escola, o qual deve ser formulado e reformulado com a participação efetiva de todos os membros da escola, de maneira conjunta, como seja colocado em prática no dia a dia e dialogado sempre que necessário. Se assim ocorrer, pode ser que a inclusão ocorra de maneira benéfica para todos, alunos com necessidades especiais, pois estes terão garantidos os seus direitos, professores, pois estarão trabalhando em prol da igualdade e terão ajuda de toda equipe escolar, alunos em geral, pois crescerão sem preconceitos e poderão transformar a nossa sociedade em uma sociedade justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido conseguiu responder a algumas questões inquietantes que fazem parte da minha formação e vida profissional, ou seja, como tem ocorrido nas escolas públicas de Santa Maria a inclusão de alunos com necessidades especiais. Sabe-se que alunos com necessidades especiais há muito tempo foram segregados em classes e escolas especiais, muitas vezes com o intuito de melhorar o ensino para estes alunos.

As escolas especiais e classes especiais por muito tempo existiram, e ainda existem, porém em menor quantidade, com o objetivo de ensinar o educando com necessidades especiais, pois se pensava que na classe comum de ensino este não conseguiria acompanhar os conteúdos trabalhados e os colegas. Muitos alunos que frequentavam classes e escolas especiais eram incluídos no ensino comum, porém outros tantos permaneciam nestes ambientes por toda sua trajetória escolar.

Hoje em dia, muitos estudos mostram que a inclusão escolar é uma realidade no nosso país e no mundo, não cabe mais pensar que se podem matricular crianças em escolas e classes especiais para deixá-las nesses espaços durante todo tempo que vivem na escola. As classes especiais, quando utilizadas, devem ser no sentido de adaptar o aluno com necessidades especiais para que estes frequentem a sala de aula comum. As leis e políticas que tratam deste assunto estão cada vez mais incisivas quando trazem que todos os alunos com necessidades especiais devem frequentar classes comuns.

Apesar da resistência e do preconceito que ainda existem em relação a inclusão de alunos com necessidades especiais, a ideia de uma educação inclusiva não é recente. Um dos documentos muito relevantes e que é seguido pelo sistema de educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394) do ano de 1996 já prescrevia que alunos com necessidades especiais devem frequentar, preferencialmente, a rede regular de ensino.

Com a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual prevê a inclusão total dos alunos e atendimentos em salas de recursos multifuncionais, ocorreram os fechamentos de

grande parte das classes e escolas especiais no Brasil. Todos os alunos que frequentavam classes e escolas especiais passaram a frequentar classes e escolas de ensino comum, e as escolas especiais, na sua grande maioria, tornaram-se Centros de Atendimento Educacional Especializado (Centros de AEE), onde os alunos incluídos recebem atendimentos de profissionais da Educação Especial em turno inverso à escolarização.

Pude perceber uma importante diferença entre as escolas estaduais e a escola municipal. Na escola municipal, com os fechamentos das classes especiais, todos os alunos que a frequentavam foram transferidos para classes comuns, o que gerou muita ansiedade para alguns professores e gestores nas escolas. Segundo os relatos das entrevistas, as classes especiais das escolas estaduais também devem ter seus fechamentos efetivados.

Na época dos fechamentos das classes especiais, eu realizava o estágio final de graduação nesta escola municipal, e pude perceber a aflição dos gestores e professores em relação à nova prática que fora “imposta”. Hoje, após dois anos, ao conversar com a diretora e a educadora especial da escola percebi outra realidade, na qual, apesar de ainda existirem resistências por parte de alguns professores das classes comuns, elas relatam ter certeza de que, na escola, a inclusão de alunos com necessidades especiais só traz benefícios.

Nas escolas estaduais entrevistadas ainda existem classes especiais, porém, os alunos que a frequentam estão em fase de adaptação para uma futura inclusão.

Ainda hoje se percebe muitas dúvidas em relação aos fechamentos de escolas e classes especiais por parte dos profissionais da educação. Muitos acreditam que existem alguns alunos que não conseguirão adaptar-se ao funcionamento de escolas comuns de ensino. Nesse sentido, é importante ressaltar que a escola deve adaptar-se as necessidades dos alunos, trabalhando com foco na sua aprendizagem e no seu potencial, oferecendo recursos que os alunos necessitem para conseguirem ter maior êxito possível na sua escolarização.

Com base nos relatos e no desenvolvimento do estudo, pode-se perceber que as escolas têm realizado um trabalho intensivo para garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Todas as escolas entrevistadas têm em pauta discussões sobre o tema com o intuito de dar apoio aos professores de classes comuns que recebem este aluno, incentivando o seu trabalho, com toda a equipe da escola. São realizadas reuniões, grupos de estudos nas escolas, as educadoras

especiais trazem materiais para os professores das classes comuns para que estes tenham mais conhecimentos na área, além dos professores participarem de cursos e jornadas fora da escola.

A gestão escolar trabalha em prol da inclusão, favorecendo espaços de conhecimento e também de integração entre todos os professores e comunidade escolar. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico da escola que deseja ser inclusiva, deve ser construído por toda a comunidade escolar, democraticamente, e ser colocado em práticas diárias de inclusão, de igualdade e de acesso para todos na escola.

Apesar das escolas estaduais não seguirem, no sentido dos fechamentos das classes especiais, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) também se percebeu o trabalho das educadoras especiais para que a escola tenha a inclusão com qualidade dos seus alunos com necessidades especiais.

A principal barreira para a efetivação da inclusão ainda é a desmotivação do professor da classe comum para trabalhar com alunos com necessidades especiais. Segundo as informações obtidas, muitos professores têm preconceito e se sentem despreparados para o trabalho na inclusão. Nesse sentido, é de fundamental importância que o trabalho seja realizado com conjunto, todos na escola devem responsabilizar-se pelo aluno, proporcionando qualidade de ensino e qualidade de trabalho ao professor.

É fundamental que, em primeiro lugar, o professor deseje trabalhar com este aluno e tenha vontade de aceitar desafios. Alguns professores sentem ansiedade em relação à aprendizagem do aluno, desejando que todos os integrantes da turma tenham o mesmo ritmo de aprendizagem, não conseguindo assim respeitar o tempo e as especificidades de cada aluno.

Com base nos relatos e no material estudado para a concretização deste estudo, pode-se perceber que, apesar da inclusão estar acontecendo, acredito que com mais frequência e força nos dias atuais, ainda seja necessário trabalhar para desenvolver práticas que tornem a escola um espaço cada vez mais inclusivo, livre de preconceitos, acabando assim com a escola excludente.

É importante ressaltar que as escolas e classes especiais fazem um trabalho muito importante para a educação especial e também para a inclusão escolar, porém é necessário que este seja um espaço de transição e não um lugar onde os

alunos, muitas vezes são segregados. As escolas especiais, bem como as classes especiais devem fazer um trabalho conjunto com as classes comuns e os professores, melhorando assim o processo de inclusão e adaptação do aluno com necessidades especiais.

Para que se consiga ter esta desejada escola inclusiva é necessário que o trabalho seja realizado em conjunto com todos os envolvidos na educação, diminuindo as desigualdades e atendendo os alunos conforme as suas especificidades. É importante que alunos e professores sintam-se valorizados no ambiente escolar para que assim consigam transformar a escola em um ambiente que favoreça a formação da cidadania, possibilitando que os alunos conheçam e transformem a sociedade onde vivem. Nesse sentido, a escola poderá assumir o importante papel social que deve representar para a sociedade.

É impossível pensar em uma escola inclusiva sem valorizar a gestão educacional e escolar como participativas e democráticas, trabalhando todos juntos para alcançar objetivos comuns, os quais são escolas e ensino público de qualidade para todos.

E para que isso aconteça é necessário um trabalho em conjunto, escola, alunos e comunidade escolar, dialogando sobre práticas e políticas educacionais, enfrentando desafios e lutando para garantir o sistema de ensino que desejamos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 19 maio 2011.

BRASIL. Decreto 3.956 de 8 de outubro de 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>> Acesso em: 24 jun. 2011.

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em: 14 jun. 2011.

BRASIL. Decreto 6.320 de 20 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6320.htm> Acesso em: 10 jul. 2011.

BRASIL. Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm> Acesso em: 10 jul. 2011.

BRASIL. Decreto 7.480 de 16 maio 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/2011/decreto-7480-16-maio-2011-610637-publicacaooriginal-132532-pe.html>> Acesso em: 24 jul. 2011.

BRASIL. Decreto 72.425 de 03 julho de 1973. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=186315>> Acesso em: 08 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 15 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N.º 7.853 de 24 de outubro de 1989. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>> Acesso em: 14 jun 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 25 maio 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução Nº 4 de 02 de outubro de 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 20 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 10 jun. 2011.

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 72.425 de julho de 1973. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=186315>> Acesso em: 25 maio 2011.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre : Mediação, 2004.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico, Editora Mediação, Porto Alegre: 2008.

CARVALHO, R. E. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1998.

Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência (2001). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 20 maio 2011.

Declaração de Jomtien (1990). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000108.pdf>> Acesso em: 20 maio 2011.

Declaração de Montreal (2001). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf> Acesso em: 21 jun. 2011.

Declaração da Salamanca (1994). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 06 jun. 2011.

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 17 maio 2011.

FREITAS, S. N. (Coord.). **Tendências Contemporâneas de Inclusão**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2008.

GADOTTI, M. "Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização". In: GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (coord.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GANDIN, L. A. Projeto Político Pedagógico: construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, M. B. e MEDEIROS, I. L. P., (org.), **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. **Educação Escolar**: Políticas, estrutura e organização. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 5 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

PADUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. São Paulo : Papirus, 1996. 94 p.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STAINBACK, S. 7 STAINBACK, W. **Inclusão: Um guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ : WVA, 1997.

.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário aplicado com gestores e educadores especiais de escolas do município de Santa Maria – RS.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Questionário

- 1) Existem alunos com necessidades especiais incluídos na escola? Quantos?
Em que turmas?
- 2) Quais são as ações desenvolvidas na escola para implementar a inclusão?
- 3) Quais são os maiores desafios para implementação das políticas de inclusão escolar?
- 4) Você conhece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva? O que mudou na escola após a sua implementação?
- 5) Quais são as dificuldades encontradas por você na efetivação da inclusão na escola?
- 6) Como você avalia os resultados da inclusão no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais na escola?
- 7) Como você avalia a formação dos professores diante da inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares?
- 8) Como você avalia a participação da família e da comunidade na inclusão dos alunos com necessidades especiais nas escolas regulares?